

Ap. 1/20180105

15/1/18

Estatutos actualizados da sociedade comercial anónima denominada **"VIANAPOLIS, SOCIEDADE PARA O DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA POLIS EM VIANA DO CASTELO, S.A."**, com sede no edifício de apoio à Doca de Recreio, na cidade de Viana do Castelo, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Viana do Castelo sob o n.º 505042703.

Artigo 1.º

Forma e denominação

A Sociedade adopta a forma de sociedade anónima e a denominação de "VianaPolis, Sociedade para o Desenvolvimento do Programa Polis em Viana do Castelo, S.A." _____

Artigo 2.º

Sede

1 – A sede social é em Viana do Castelo, no edifício de Apoio à Doca de Recreio, do mesmo concelho. _____

2 – O conselho de administração pode deslocar a sede social para outro local dentro do mesmo município. _____

Artigo 3.º

Duração

A duração da Sociedade fica condicionada à realização completa do seu objeto contratual, não podendo prolongar-se para além de 31 de dezembro de 2018. _____

Artigo 4.º

Objecto

A Sociedade tem por objecto social o desenvolvimento da acção estruturante relativa à expropriação do Edifício Jardim, subsequente demolição e posterior construção do Novo Mercado Municipal e Espaços Públicos Envolventes, bem como o arrendamento, gestão e administração de bens imobiliários. _____

Artigo 5.º

Capital

1 – O capital social é de 15.000.000 euros, integralmente realizado em dinheiro, subscrito na proporção de 60% pelo Estado e 40% pelo município de Viana do Castelo. _____

2 – O capital social poderá ser aumentado por subscrição a realizar em dinheiro ou espécie, por uma ou mais vezes, mediante deliberação dos accionistas a tomar em assembleia geral a convocar para o efeito, podendo delegar no conselho de administração a definição dos termos precisos em que a mesma deva ocorrer. _____

Artigo 6.º

Acções e obrigações

- 1 – As acções são nominativas, com o valor de 1.000 euros cada. _____
- 2 – Haverá títulos representativos de 1, 5, 50, 1.000 e 10.000 acções. _____
- 3 – A Sociedade poderá emitir obrigações convertíveis em acções, obrigações com direito de subscrição de acções, *warrants* autónomos e acções preferencias sem direito a voto, conferindo direito a um dividendo prioritário e susceptível de remição, dentro dos limites legais e nas condições que vierem a ser fixadas pela assembleia geral. _____
- 4 – A Sociedade pode igualmente emitir outros tipos de obrigações e demais valores mobiliários, em qualquer modalidade e forma legalmente admissível. _____

Artigo 7.º

Direito de preferência

- 1 – Os accionistas terão direito de preferência na alienação de acções a título oneroso. _____
- 2 – Para efeito de exercício do direito de preferência, os accionistas serão avisados pelo conselho de administração, por carta registada, com a antecedência mínima de 30 dias, precedendo comunicação escrita do alienante àquele conselho, indicando o objecto da alienação, o preço, as condições de pagamento e as demais circunstâncias relevantes do negócio. _____
- 3 – O conselho de administração notificará o alienante e os preferentes para comparecerem em prazo certo na sede social, munidos dos respectivos títulos ou equivalentes, distribuindo-se as acções por acordo entre os preferentes ou, na falta de acordo, por licitação. _____

Artigo 8.º

Órgãos sociais

São órgãos da Sociedade: _____

- a) A assembleia geral; _____
- b) O conselho de administração; _____
- c) O fiscal único. _____

Artigo 9.º

Assembleia geral

- 1 – A assembleia geral é formada pelos accionistas com direito a, pelo menos, um voto. _____
- 2 – A cada 100 acções corresponde um voto. _____
- 3 – Nas reuniões da assembleia devem participar os membros do conselho de administração e o fiscal único. _____
- 4 – Qualquer accionista pode fazer-se representar na assembleia geral, mediante simples carta dirigida ao presidente da mesa, cabendo a esta apreciar a autenticidade da mesma. _____
- 5 – Os accionistas que assumam a natureza de pessoa colectiva indicam, através de carta dirigida ao presidente da mesa, quem os representa na assembleia geral. _____

Artigo 10.º

Competência da assembleia geral

- 1 – Compete à assembleia geral: _____
 - a) Deliberar sobre o relatório de gestão e as contas do exercício; _____
 - b) Deliberar sobre a proposta de aplicação dos resultados; _____
 - c) Proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da Sociedade; _____
 - d) Eleger os titulares dos órgãos sociais; _____
 - e) Deliberar sobre alterações aos estatutos; _____
 - f) Deliberar sobre as remunerações dos membros dos corpos sociais; _____
 - g) Deliberar sobre qualquer outro assunto para que tenha sido convocada. _____
- 2 – As deliberações são tomadas por maioria de votos expressos em assembleia geral, com excepção das deliberações para as quais a lei exija maioria qualificada. _____

Artigo 11.º

Mesa da assembleia geral

- 1 – A mesa da assembleia geral é constituída por um presidente e por um secretário, eleitos por esta, para um mandato de três anos. _____
- 2 – O mandato dos membros da mesa da assembleia geral é renovável, mantendo-se estes em efectividade de funções até à posse dos membros que os venham a substituir. _____

Artigo 12.º

Reuniões da assembleia geral

A assembleia geral reunir-se-á, pelo menos, uma vez por ano e sempre que for convocada, nos termos da lei ou a requerimento do conselho de administração, do conselho fiscal ou de accionistas que representem, pelo menos, 5% do capital social. _____

Artigo 13.º

Composição do conselho de administração

- 1 – O conselho de administração é composto por um presidente e dois vogais. _____
- 2 – Nas deliberações do conselho o presidente tem voto de qualidade. _____
- 3 – O presidente do conselho de administração é escolhido pela assembleia geral de entre os vogais eleitos. _____
- 4 – O mandato dos membros do conselho de administração tem a duração de três anos e é renovável. _____

Artigo 14.º

Competência do conselho de administração

1 - Compete ao conselho de administração assegurar a gestão dos negócios da Sociedade, sendo-lhe atribuídos os mais amplos poderes e cabendo-lhe, designadamente: _____

- a) Aprovar o plano de actividades, anual e plurianual; _____
- b) Aprovar o orçamento e acompanhar a sua execução; _____
- c) Gerir os negócios sociais e praticar todos os actos relativos ao objecto social que não caibam na competência de outro órgão da Sociedade; _____
- d) Adquirir, alienar ou onerar participações no capital de outras sociedades, bem como obrigações e outros títulos semelhantes; _____
- e) Representar a Sociedade em juízo e fora dele, activa e passivamente, propor e acompanhar acções, confessar, desistir, transigir e aceitar compromissos arbitrais; _____
- f) Adquirir, alienar ou onerar bens imóveis; _____
- g) Deliberar sobre a emissão de empréstimos obrigacionistas e contrair outros empréstimos no mercado financeiro, ressalvados os limites legais; _____
- h) Estabelecer a organização técnico-administrativa da Sociedade; _____
- i) Decidir sobre a administração de pessoal e sua remuneração; _____
- j) Constituir procuradores e mandatários da Sociedade, nos termos que julgue convenientes; _____
- l) Exercer as demais competências que lhe caibam por lei. _____

2 – O conselho de administração poderá delegar em algum ou alguns dos seus membros ou em comissões especiais algum ou alguns dos seus poderes, definindo em acta os limites e condições de tal delegação. _____

3 – Incumbe especialmente ao presidente do conselho de administração: _____

- a) Representar o conselho em juízo e fora dele; _____
- b) Coordenar a actividade do conselho de administração e convocar e dirigir as respectivas reuniões; _____
- c) Zelar pela correcta execução das deliberações do conselho de administração. _____

Artigo 15.º

Reuniões do conselho de administração

- 1 – O conselho de administração reúne mensalmente e ainda sempre que convocado pelo seu presidente, por sua iniciativa ou solicitação de quaisquer administradores. _____
- 2 – O conselho de administração pode deliberar validamente quando estiver presente ou representada a maioria dos seus membros, sendo as respectivas deliberações tomadas por maioria de votos dos membros presentes ou representados, dispondo o presidente, em caso de empate na votação, de voto de qualidade. _____
- 3 – Os membros do conselho de administração podem fazer-se representar nas reuniões por outro administrador, mediante carta dirigida ao presidente. _____

Artigo 16.º

Representação

- 1 – A Sociedade obriga-se: _____
 - a) Pela assinatura do presidente do conselho de administração; _____
 - b) Pela assinatura de dois administradores; _____
 - c) Pela assinatura de um administrador, nos termos da respectiva delegação de poderes; _____
 - d) Pela assinatura de um membro do conselho de administração e de um mandatário ou procurador da Sociedade, nos termos dos respectivos poderes; _____
 - e) Pela assinatura de um mandatário ou procurador da Sociedade, nos termos dos respectivos poderes. _____
- 2 – Em assuntos de mero expediente bastará a assinatura de um dos vogais executivos do conselho de administração. _____

Artigo 17.º

Fiscal único

- 1 – A fiscalização da actividade social é exercida por um fiscal único, eleito em assembleia geral, que também elege o suplente. _____
- 2 – O fiscal único e o seu suplente são revisores oficiais de contas ou sociedades de revisores oficiais de contas. _____

Artigo 18.º

Competência do fiscal único

Além das competências constantes da lei, cabe especialmente ao conselho fiscal: _____

- a) Emitir parecer acerca do orçamento, do balanço, do inventário, e das contas anuais; _____

- b) Alertar o conselho de administração para qualquer assunto que deva ser ponderado e pronunciar-se sobre qualquer matéria que lhe seja submetida por aquele órgão. _____

Artigo 19.º

Dissolução e liquidação

A Sociedade dissolve-se nos termos da lei. _____

Viana do Castelo, 20 de dezembro de 2017

O Conselho de Administração

